

## ATA NÚMERO QUATRO

**Procedimento concursal comum, restrito a candidatos com vínculo de emprego público a tempo indeterminado previamente constituído, para o recrutamento de 2 (dois) trabalhadores na carreira e categoria de Técnico Superior, para a constituição de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado, para a Direção de Serviços de Apoio Social dos Serviços de Ação Social do Instituto Politécnico de Lisboa (Procedimento Concursal Comum n.º 01/2025/SASIPL).**

Ao décimo oitavo dia do mês de setembro de dois mil e vinte e cinco, às 14:00 horas, reuniu o júri do procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica por tempo indeterminado, tendo em vista o preenchimento de 2 postos de trabalho para a carreira /categoria de Técnico Superior do mapa de pessoal dos Serviços de Ação Social do Instituto Politécnico de Lisboa (SAS/IPL) para o exercício de funções na Direção de Serviços de Apoio Social dos SAS/IPL.

A reunião realizou-se sob a presidência da B.<sup>el</sup> Leonor Maria da Silva Santos, Técnica Superior da Direção de Serviços de Apoio Social dos SAS/IPL.

Estiveram ainda presentes: a vogal efetiva Doutora Maria da Conceição Guilherme Soares, Técnica Superior dos Serviços de Apoio Psicológico e Educativo dos SAS/IPL, e a vogal efetiva Lic. Elisa Samuel da Graça Wilson Correia Cruz, Técnica Superior da Direção de Serviços de Apoio Social dos SAS/IPL.

O júri adotou as seguintes deliberações no decurso da reunião:

1. Aprovação do conteúdo da Prova de Conhecimentos, junta em anexo, bem como da respetiva grelha de avaliação;
2. Divulgação da Prova de Conhecimentos, junto dos candidatos/as admitidos/as ao procedimento concursal comum, nos termos do regulamento aprovado em anexo ao Despacho n.º 5606/2006, de 9 de março, com a redação dada pelo Despacho n.º 2726/2010, publicado no Diário da República da 2.ª série, n.º 28 de 10 de fevereiro de 2010;

3. Realização do sorteio das questões que serão objeto de resposta, no dia da aplicação do método de seleção Prova de Conhecimentos, em ato público, no termos do referido diploma;
4. Divulgação da grelha de avaliação após o término da realização da Prova de Conhecimentos.

As deliberações constantes da presente Ata foram adotadas por unanimidade de votos favoráveis.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, de que se lavrou a presente ata, a qual, depois de aprovada pelo júri, vai ser assinada.

A Presidente do Júri – Técnica Superior da Direção de Serviços de Apoio Social dos SAS/IPL

B.<sup>el</sup> Leonor Maria da Silva Santos



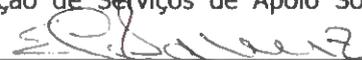
A Vogal Efetiva – Técnica Superior dos Serviços de Apoio Psicológico e Educativo dos SAS/IPL

Doutora Maria da Conceição Guilherme Soares



A Vogal Suplente – Técnica Superior da Direção de Serviços de Apoio Social dos SAS/IPL

Lic. Elisa Samuel da Graça Wilson Correia Cruz



## **PROVA DE CONHECIMENTOS**

### **Desenvolvimento:**

- 1.** Como pode o Assistente Social apoiar na implementação dos princípios estabelecidos no Despacho Normativo n.º 5/2025, de 10 de abril, no que refere à equidade e inclusão dos alunos em situação de vulnerabilidade?
- 2.** De que forma a legislação sobre a atribuição de Bolsas de Estudo (RABEEES) e o apoio prestado pelo Serviço Social pode influenciar o trabalho diário com os estudantes?
- 3.** Qual a relevância da avaliação curricular pelos SAS-IPL e como considera que este processo influencia a elegibilidade dos candidatos a Bolsa de Estudo?
- 4.** De que forma o regime jurídico das instituições de ensino superior (Lei nº 62/2007, de 10 de setembro) impacta as práticas e funções do Serviço Social no SAS-IPL?
- 5.** Qual o papel do Serviço Social na orientação e suporte aos estudantes em risco de abandono escolar?
- 6.** De que maneira o Serviço Social poderá ajudar os estudantes a compreender e a efetivar os seus direitos ao apoio social e financeiro, de acordo com as normas e legislação em vigor?

### **Escolha múltipla:**

- 1.** Qual o principal objetivo da Portaria n.º 6-B/2025/1, de 6 de janeiro?
  - A) Valorizar e melhorar as condições do exercício das funções públicas
  - B) Melhoria dos níveis de proteção social, integrando atualização do IAS
  - C) Aprovar o regime jurídico do apadrinhamento civil em Portugal
- 2.** Quais as modalidades de apoio social direto?
  - A) Bolsas de estudo e auxílio de emergência
  - B) Acesso à alimentação e ao alojamento
  - C) Apoio a atividades culturais e desportivas

**3.** Incumbe às instituições de ensino superior, no âmbito da sua responsabilidade social:

- A) Garantir a progressão académica dos estudantes, independentemente das suas necessidades sociais
- B) Exigir a participação dos estudantes em atividades extracurriculares como condição para o seu desenvolvimento pessoal e profissional
- C) Apoiar a participação dos estudantes na vida ativa em condições apropriadas ao desenvolvimento simultâneo da atividade académica

**4.** De acordo com a Lei n.º 8/2025, de 5 de fevereiro, é considerado estudante deslocado aquele que, em situação de emergência por razões humanitárias:

- A) Seja oriundo de um país ou região com uma economia próspera, no entanto, procure melhores oportunidades educacionais
- B) Provenha de um país ou região que prevaleça uma situação de conflito armado, desastre natural, violência generalizada ou violação de direitos humanos
- C) Esteja temporariamente em Portugal e não detenha uma conexão com qualquer situação de crise

**5.** De acordo com a Lei nº 103/2009, de 11 de setembro, podem apadrinhar pessoas maiores de:

- A) 18 anos
- B) 20 anos
- C) 25 anos

**6.** Tendo em consideração a Lei n.º 46/85, de 20 de setembro, as rendas, qualquer que seja o regime aplicável, ficam sujeitas a atualizações:

- A) Trimestrais
- B) Anuais
- C) Semestrais

**7.** A Lei nº 37/2006, de 9 de agosto, declara que têm direito a residência permanente os cidadãos da União Europeia que tenham residido legalmente no território nacional por um período de:

- A) 2 anos consecutivos
- B) 3 anos consecutivos
- C) 5 anos consecutivos

**8.** De acordo com a Lei nº 37/2006, de 9 de agosto, os cidadãos da União Europeia que residam no território nacional, devem beneficiar em relação aos cidadãos nacionais, de:

- A) Diferenciação de tratamento
- B) Igualdade de tratamento
- C) Vantagens exclusivas de tratamento

**9.** Numa análise a candidatura a bolsa de estudo, nos casos em que o agregado familiar integre um ou mais menores em regime de guarda partilhada, devidamente comprovada através da declaração do IRS, cada um é considerado como:

- A) Zero elemento
- B) Meio elemento
- C) Um elemento

**10.** De modo a apurar a situação familiar e socioeconómica dos agregados familiares, deve ser efetuada entrevista quando o rendimento anual per capita é...

- A) Inferior a seis vezes o indexante de apoios sociais (IAS)
- B) Igual a seis vezes o indexante de apoios sociais (IAS)
- C) Superior a seis vezes o indexante de apoios sociais (IAS)

**11.** Da decisão sobre o requerimento de bolsa de estudo pode ser apresentada reclamação no prazo de:

- A) 10 dias úteis
- B) 15 dias úteis
- C) 20 dias úteis

**12.** A bolsa base anual a atribuir a cada estudante, em regime de tempo integral, inscrito em curso de licenciatura ou de mestrado, é o resultado do cálculo da seguinte expressão:

- A)  $(10 \times \text{indexante de apoios sociais} + \text{propina}) - \text{rendimento per capita}$
- B)  $(11 \times \text{indexante de apoios sociais} + \text{propina}) - \text{rendimento per capita}$
- C)  $(12 \times \text{indexante de apoios sociais} + \text{propina}) - \text{rendimento per capita}$

**13.** Caso frequente um doutoramento/pós-graduação, pode-se requerer bolsa de estudo ao abrigo da Direção-Geral do Ensino Superior (DGES)?

- A) Sim
- B) Não

**14.** Declare se é verdadeira ou falsa a seguinte afirmação: "A mobilidade dos estudantes entre os estabelecimentos de ensino superior nacionais, do mesmo ou de diferentes subsistemas, bem como entre estabelecimentos de ensino superior nacionais e estrangeiros, é assegurada através do sistema europeu de transferência e acumulação de créditos, com base no princípio do reconhecimento mútuo do valor da formação realizada e das competências adquiridas".

- A) Verdadeiro
- B) Falso

**15.** No ensino politécnico, são conferidos os graus académicos de:

- A) Licenciado
- B) Licenciado e mestre
- C) Licenciado, mestre e doutor

**16.** Baseado no Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de fevereiro, o número de créditos correspondente ao trabalho de um ano curricular realizado a tempo inteiro é de:

- A) 60
- B) 70
- C) 80

**17.** A Lei n.º 90/2001, de 20 de agosto, define medidas de apoio social a estudantes...

- A) Que sejam mães e pais
- B) Que sejam adolescentes em situação de risco
- C) Que sejam pessoas com deficiência

**18.** Aos estudantes do ensino superior público bolseiros deslocados é dada prioridade na concessão de alojamento em residência dos Serviços de Ação Social.

- A) Verdadeiro
- B) Falso

**19.** A Lei n.º 37/81, de 03 de Outubro, prevê que o estrangeiro que, à data da declaração, viva em união de facto há mais de \_\_\_ anos com nacional português, pode adquirir a nacionalidade portuguesa, após ação de reconhecimento dessa situação a interpor no tribunal civil.

- A) 2 anos
- B) 3 anos
- C) 4 anos

**20.** De acordo com o Despacho Normativo n.º 5/2025, de 10 de abril, o IPL compreende quantas unidades orgânicas de ensino, investigação, desenvolvimento, inovação, criação artística e prestação de serviços à comunidade?

- A) 6 escolas/institutos
- B) 7 escolas/institutos
- C) 8 escolas/institutos



**21.** Os estatutos do IPL, tendo em conta o Despacho Normativo n.º 5/2025, de 10 de abril, podem ser revistos de:

- A) 2 em 2 anos
- B) 4 em 4 anos
- C) 6 em 6 anos

**22.** Baseado na Lei n.º 37/2003, de 22 de agosto, ao financiamento do ensino superior, aplica-se o princípio da democraticidade, entendido como...

- A) Direito que assiste a cada estudante de não ser excluído, por carências económicas, do acesso e da frequência do ensino superior, para o que o Estado assegure um adequado e justo sistema de ação social escolar
- B) Direito de acesso de todas as instituições e todos os estudantes aos mecanismos de financiamento previstos na lei, consoante o setor, público ou não, que integrem
- C) Direito conferido aos cidadãos de, segundo as suas capacidades, acederem aos graus mais elevados do ensino, da investigação científica e da criação artística, sem restrições de natureza económica ou outra

**23.** Declare se é verdadeira ou falsa a seguinte afirmação: "A atribuição de bolsas de estudo é feita de acordo com critérios gerais a desenvolver pelo Conselho Nacional para todas as instituições de ensino superior e atendendo, ainda, designadamente: à insuficiência de meios económicos por parte do estudante e do respetivo agregado familiar; à distância entre a instituição de ensino superior que o estudante frequenta e o local de residência habitual; ao aproveitamento escolar".

- A) Verdadeiro
- B) Falso

**24.** Os estudantes bolseiros deslocados do ensino superior público a quem tenha sido concedido alojamento em residência dos Serviços de Ação Social beneficiam, no período letivo de atribuição da bolsa de estudo, de um complemento mensal, igual ao valor base mensal a pagar pelos bolseiros nas residências, até ao limite de \_\_\_\_ do indexante dos apoios sociais.

- A) 16,5%
- B) 17,5%
- C) 18,5%

